



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 50ª  
(QUINQUAGÉSIMA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 7 DE JUNHO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

– Ata da 48ª Sessão Ordinária.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar no plenário desta Casa a eleição da Deputada Ana Cunha, da Assembleia Legislativa do Estado do Pará. No último encontro da UNALE – União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, ela foi eleita a primeira mulher presidente da instituição. Isso é algo alvissareiro. A instituição tem 20 anos. Ela logrou essa votação por unanimidade entre os colegas deputados presentes nessa última conferência da Unale. Eu também quero registrar as presenças do Deputado Delmasso, da Deputada Celina Leão e da minha pessoa na direção da Unale para esse próximo ano.

Sr. Presidente, eu solicito à Presidência desta Casa que encaminhe um telegrama de cumprimentos à Deputada Ana Cunha, que acaba de ser eleita Presidente da Unale, que representa todos os deputados estaduais e distritais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Acato a solicitação de V.Exa. Peço à Assessoria da Deputada Celina Leão que envie um telegrama parabenizando a eleição da ilustre deputada.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Como Líder. Bloco da Maioria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Bispo Renato Andrade, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, inicialmente quero fazer um convite a todos os Parlamentares para participarem amanhã, às 10h, no plenário da Câmara Legislativa, da audiência pública destinada à apresentação, pelo Secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal, das metas fiscais do 1º quadrimestre de 2016.

Essa audiência, Sras. e Srs. Deputados, decorre de exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 2000. Informo aos Parlamentares que hoje foi votado, na reunião da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o parecer preliminar do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017. Com a publicação amanhã no Diário da Câmara Legislativa, abre-se o prazo de apresentação de emendas, que se estende do dia 8 ao dia 21 de junho.

Após a apresentação das emendas, teremos a apreciação do parecer geral do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, que está previsto para o dia 28 de junho. Como é do conhecimento de V.Exas., o art. 4º, § 2º, do Regimento Interno, estabelece que "a sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

projeto de lei de diretrizes orçamentárias".

Outro assunto que quero falar é sobre os projetos de lei que tratam de renúncia de receita. Sobre este tema, o Ministério Público tem, persistentemente, cobrado o cumprimento do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece:

"Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição."

Esse tema foi tratado na Recomendação nº 001, de 07 de dezembro de 2015, do Ministério Público, a qual foi enviada a todos os Parlamentares Deputados Distritais por meio do Memorando-Circular nº 146/2015, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, de 10 de dezembro de 2015.

Nesta recomendação, o Ministério Público diz que o não cumprimento das normas legais, em especial ao art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, na votação das matérias que tratam de renúncia fiscal, pode, em tese, configurar prática de ato de improbidade administrativa, prevista no art. 10, VII, da Lei nº 8.429/92.

Mais recentemente, através da Promotoria de Defesa da Ordem Tributária, chamou a atenção do Ministério Público a aprovação do Projeto de Lei nº 658/2015, que "estende as regras de parcelamento previstas no Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFIS aos débitos contraídos junto às empresas públicas e sociedades de economia mista do Distrito Federal e dá outras providências", e do Projeto de Lei nº 663/2015, que "altera a Lei nº 5.463, de 16 de março de 2015, que institui o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFIS-DF e dá outras providências".

Preocupado com essa temática, em 2014, eu e o Deputado Wasny de Roure elaboramos e a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou a Lei nº 5.422, de 24 de novembro de 2014, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de avaliação dos impactos das políticas fiscais, tributárias e creditícias do Governo do Distrito Federal". Essa lei torna obrigatória a mensuração dos impactos da renúncia na economia do Distrito Federal, na geração de empregos, nas metas fiscais e, inclusive, na economia



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

do Entorno. Essa lei terá efeitos, Deputado Lira, a partir de 2017, atendendo solicitação do Poder Executivo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, eu só queria reforçar as suas palavras sobre essas observações que o Ministério Público fez a V.Exa. recentemente. Nós já tivemos episódio bastante semelhante a esse. V.Exa. inclusive tinha sido advertido através de um ofício pelo Ministério Público. Era um período de votação intensa. Tínhamos um projeto que era para a renovação das proposituras de benefícios fiscais de IPVA e IPTU e não votamos naquelas últimas sessões do ano passado. Com a necessidade da renovação daqueles benefícios que envolviam inclusive algumas instituições de interesse público, a Deputada Celina Leão teve que convocar a Câmara Legislativa para apreciar essa matéria numa sessão extraordinária convocada para essa finalidade já no próprio período de recesso. Eu estou tentando recapitular na memória dos colegas Deputados para perceber como o Ministério Público está vigilante sobre matéria dessa natureza.

Muitas vezes, temos dado parecer na comissão e tido uma atitude até considerada antipática por alguns colegas Deputados. Eu estou querendo lembrar aos colegas que isso não é uma simples votação. Inclusive, nessa matéria de benefício fiscal, de renovação do Refis – Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal –, nas últimas duas matérias, votei contrariamente por uma questão de mérito, mas é importante essa advertência para mostrar que esta Casa tem de seguir religiosamente os pareceres das comissões, devidamente estudados, analisados, escritos pelo próprio Relator ou por sua assessoria, para que esteja devidamente documentado esse processo.

Em síntese, o que estou entendendo é um puxão de orelha em todos nós. Às vezes, os Deputados acham ruim que o Ministério Público faça isso – até quando o caldo não entorna. Então, acho que é importante a gente ter isso claro para observar o trato que ele já vem tendo com a Casa do ponto de vista de uma advertência educativa. Tão somente isso. Muito obrigado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu agradeço suas palavras. Incorporo o aparte de V.Exa. ao meu pronunciamento.

Para encerrar, Sras. e Srs. Deputados, como recomendação da Promotoria de Defesa da Ordem Tributária do Ministério Público, solicito aos Parlamentares a estrita observância ao mencionado no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, na votação dos projetos de lei que tratam de renúncia fiscal.

Eram essas as considerações que eu gostaria de fazer esta tarde. Muito obrigado, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Eu só quero pontuar o seguinte: o acordo do Colégio de Líderes é para que a gente vote projetos dos Deputados. Por isso, faço um apelo aos Deputados que estiverem na Casa, para que desçam ao plenário. Também será apreciado o crédito que deveria ter sido votado na semana passada e não foi.

Faço um apelo aos Deputados para que usem o tempo regimental das suas falas enquanto outros chegam para completar o *quorum*. Falta um Deputado. Pergunto ao Deputado Wasny de Roure se V.Exa. vai fazer uso da palavra. (Pausa.)

Eu só quero adiantar mais uma vez que vou estar atento ao prazo regimental.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Exatamente.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Foi verdade.

Só falta mais um Deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu vou usar o meu tempo regimental nos Comunicados de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Sim, senhor.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estive fora, acompanhando o encontro da UNALE – União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais. Inclusive, continuo na diretoria da Unale, no conjunto dos Deputados que cuidará da tesouraria. Agradeço a confiança que a Casa me delegou. Eu gostaria de mencionar aos colegas Deputados que a nossa Presidenta ficou como Vice-Presidenta do Colégio de Presidentes de Assembleias Legislativas do nosso país. É um cargo relevante. Tenho certeza de que a Presidenta Celina vai atuar com bastante dinamismo para ajudar a nossa instituição.

Sr. Presidente, pedi essa intervenção porque vi, pelos meios de comunicação – e fiquei bastante estarrecido –, este conflito: uma família que estava sendo transportada foi agredida por um conjunto de taxistas. Foi com perplexidade que vi isso, até mesmo porque não tenho dúvida de que um dos melhores serviços de táxi



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

do País se encontra aqui em Brasília: veículos mais modernos, mais bem equipados, um conjunto de trabalhadores educados, preparados para transportar passageiros.

Foi com extrema preocupação que vimos aquele cenário na televisão. Quero chamar a atenção dos colegas para isto: temos esse debate do processo do Uber não concluído aqui, onde o Deputado Prof. Israel, na minha comissão, que é a comissão de mérito, está apreciando a matéria e deve levá-la, nos próximos dias, à votação. Agora estamos recebendo a informação de que o governo pretende apresentar um único projeto. Sugiro que o governo apresente um projeto e que possamos participar desse debate antes mesmo de ele encaminhá-lo, para que não se torne um projeto simplesmente construído pelo entendimento do governo. Eu creio que isso facilita enormemente do ponto de vista do trato de emendas e coisas assim. Além disso, é importante resgatar Parlamentares que têm contribuições a dar nessa área, como o próprio Deputado Delmasso, o Deputado Agaciel Maia e o Deputado Prof. Israel, que se debruçou nessa matéria. Também temos algumas contribuições que queremos dar.

Esse debate foi feito hoje, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, de uma maneira um tanto quanto superficial e acelerada. Por outro lado, ele foi feito também na reunião do Colégio de Líderes. Creio que é necessário a Casa tomar uma posição o mais rápido possível e o governo também. Nós não podemos vislumbrar um cenário com a presença do Uber, uma presença extremamente expressiva de serviço oferecido à sociedade do Distrito Federal, e desconhecer o sistema regulamentado dos táxis. Nós não só não podemos desconhecer a nova tecnologia altamente competitiva, bastante apreciada no mercado, muito procurada pela qualidade do serviço, pela competição de preço, etc, como também não podemos desconhecer aqueles que deram uma vida profissional, aqueles têm uma história construída, aqueles cuja única coisa que aprenderam foi trabalhar com o volante oito, dez, doze horas por dia. Não podemos desconhecer essa realidade. Precisamos ter uma leitura de equilíbrio. Não podemos cair na desregulamentação, porque isso só vai prejudicar o mercado e trazer um cenário de perda de renda e de receita para as famílias que sobrevivem com os recursos advindos desse serviço.

Portanto, faço um apelo ao governo para que ele acelere esse debate, abra essa discussão o mais rápido possível, a fim de que possamos fazer a mais responsável, a mais equilibrada, a mais transparente e – eu diria, Deputado Bispo Renato Andrade – a mais democrática discussão. Se formos camuflar sistemas empresariais, sistema de transporte individual promovido pelo táxi ou pelo Uber, levaremos ao fracasso um projeto em que precisa ser respeitado o CPF ou o CGC, para que o serviço seja oferecido unidade a unidade e não haja um conjunto de veículos patrocinados por um único portador da autorização.

Sr. Presidente, são essas as considerações.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure, pela compreensão.

Deputado, já temos *quorum* para votação, mas há pelo menos duas pessoas que querem falar ainda. V.Exa. chegou atrasado e não terá fala.

Eu gostaria de pedir àqueles que puderem abrir mão da fala... Eu também gostaria tanto de falar. Está tudo aqui para eu falar, mas vou abrir mão, por enquanto.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, assessores, membros da imprensa, prometo ser breve nos meus comunicados, para atender ao apelo dos Deputados e aprovarmos os projetos dos Deputados e do Poder Executivo.

Venho a esta tribuna primeiro para parabenizar a atuação da Polícia Militar do Distrito Federal, bem como do Comando da Segurança Pública, na desocupação do Hotel Torre Palace, que aconteceu no último final de semana. O governo foi muito criticado por causa da suposta morosidade, principalmente pela atuação das forças de segurança, e até mesmo porque permitiu que houvesse uma invasão no Torre Palace. Eu acredito que essa operação foi extremamente exitosa, foi extremamente calculada e veio demonstrar a capacidade, a competência da Polícia Militar do Distrito Federal e dos órgãos de segurança.

Eu uso esta tribuna para parabenizar o Governador do Distrito Federal, a Secretária de Segurança Pública, todo o comando da Segurança Pública, o Comandante do Corpo de Bombeiros, o Comandante do Batalhão de Choque, os policiais, que atuaram de forma brilhante, entrando, fazendo toda a estratégia, fazendo a invasão daquele hotel, fazendo a retirada, sem que ninguém saísse ferido, em uma operação extremamente delicada, com crianças e adolescentes dentro daquele lugar, do qual já havia sido determinada sua retirada pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude anteriormente.

Então, uso essa tribuna hoje para parabenizar a ação da equipe de segurança do Governo do Distrito Federal, que agiu prontamente, no momento certo, na hora certa, sem abrir mão da estratégia correta e, ainda mais, sem ceder às pressões que muitas vezes aconteciam.

Portanto, quero parabenizar, venho e uso esta tribuna somente para isso.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa., Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Deputado Delmasso. Quero me somar a V.Exa., parabenizando o Governo do Distrito Federal, principalmente pelo zelo que as Forças de Segurança tiveram



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

com as nossas crianças, com os adolescentes, a cautela que tiveram para negociar até a exaustão; e, realmente, quando foi feita a desocupação com responsabilidade, principalmente com responsabilidade com o ser humano.

Portanto, quero parabenizar V.Exa., o Governo do Distrito Federal, a Polícia Militar e todos os órgãos de segurança que fizeram parte daquele momento. Parabéns, Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputada Luzia de Paula, e o incorporo ao meu pronunciamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Delmasso.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria registrar, no Plenário desta Casa, o falecimento, na semana passada – eu não estava aqui –, do pai do Assessor Willemann. Todos o conhecem. O Sr. Willemann está ausente esta semana porque está acompanhando a família.

Eu também entendo, Sr. Presidente, que seria oportuno a Casa, em nome da Presidência desta Instituição, encaminhar um telegrama de condolências. Acho que isso nos representaria a um servidor que tem tido uma enorme dedicação a esta Casa, pelo qual cada um de nós, Deputados, temos um respeito gigantesco, pela dedicação que ele tem aos trabalhos desta Instituição.

Peço essa deferência por parte de V.Exa., Sr. Presidente, como membro da Mesa, porque o Sr. Willemann tem trabalhado conosco, mas ele serve a todos os Deputados aos quais pode servir e ajudar na construção do interesse público.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Acato a solicitação V.Exa., Deputado Wasny de Roure.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz, pelo tempo regimental.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta Tribuna apenas para esclarecer algumas coisas. Obviamente nós vamos concordar com os companheiros que me antecederam e que parabenizaram o Governo do Distrito Federal, mas acho obrigatório esclarecer alguns fatos.

Primeiro, nós temos de parabenizar, sim, nós temos de parabenizar os policiais militares, todo aquele aparato que começa desde os policiais de funções



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

administrativas que foram para lá, todos aqueles subordinados, a CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (Serviço Geológico do Brasil), os policiais de choque, aqueles que entraram lá, os que estavam de helicóptero, aqueles que estavam na torre, Sr. Presidente, que, se alguma coisa tivesse dado errado, neste momento, se sentariam no banco dos réus, responderiam e seriam penalizados gravemente – pode ter certeza, Deputado Roosevelt Vilela, V.Exa. que é militar sabe disso.

Nós temos de parabenizar os bombeiros, aqueles que estavam ali aguardando por uma tragédia e que agiriam se fosse necessário. Nós temos de parabenizar os policiais civis, que fizeram um raio X daqueles bandidos com quem nós tivemos de negociar por seis dias, com criminosos que estavam lá com crianças a Deus dará, sacrificando crianças – e nós estávamos negociando por seis dias.

É importante a gente lembrar que nossos policiais, seguindo orientação do Diretor da Polícia, fizeram um diagnóstico de quem estava lá dentro. Nós temos de parabenizar os nossos servidores do Detran, Presidente, porque estavam nas ruas orientando as pessoas a desviar o trânsito, Deputado Chico Vigilante, porque nós paramos Brasília por seis dias por causa de dez marginais. O trânsito de Brasília ficou paralisado, e aí quem recebia todo o desgaste eram os servidores do Detran. Nós temos de parabenizar, Deputado Roosevelt Vilela, o pessoal da Defesa Civil, que viu todos os riscos que havia em entrar naquele prédio daquela forma.

Entretanto, será que nós temos mesmo de parabenizar o Governo do Distrito Federal, que impediu que uma operação que teria que acontecer no primeiro dia, Deputado Agaciel Maia, V.Exa. que é o homem dos números? Deputado, nós iríamos gastar 1 milhão e 500 mil, gastamos mais de 5 milhões numa operação que demorou seis dias quando era para acontecer no primeiro dia. Não aconteceu porque tudo tem que passar pela Secretária de Segurança que nós temos, uma Secretária de Segurança que entende que tem que negociar com bandidos enquanto eles sacrificavam crianças, enquanto eles usavam crianças como escudo. Será que realmente nós temos que dizer que foi um sucesso essa operação? Sucesso foi porque a Polícia Militar e a Polícia Civil tomaram a rédea pois sabiam que a negociação deu errado.

Hoje a gente planta uma situação que não existe. Hoje nós estamos tentando fantasiar um palhaço que, a bem da verdade, não existe porque aqueles policiais militares que entraram lá não são lembrados mais, não terão seus nomes lembrados, não serão condecorados, mas, se alguma coisa tivesse dado errado, com certeza absoluta seriam punidos. E aí me estarrece a mídia – não aquela mídia séria, que é a grande maioria, mas a mídia comprada – quando diz: o Governo do Distrito Federal negociou exaustivamente e não houve nenhum ferido. Também não haveria, Deputado Raimundo Ribeiro, se aquela operação tivesse acontecido no primeiro dia, se a Secretária não tivesse atrapalhado, se tivessem deixado os verdadeiros operadores de segurança pública agirem.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Hoje vi no jornal que a Secretária proibiu o Diretor da Polícia Civil de dar entrevista. Bom, gente, na minha opinião, é obrigação do Diretor da Polícia, do Comandante da PM, do Corpo de Bombeiros dar entrevista e prestar conta para a população, mas, na cabeça vaidosa da Secretária, só ela pode fazer isso, só ela pode dar entrevista. Então, podiam botá-la para ser secretária de entrevista e deixar a polícia trabalhar, deixar quem conhece de polícia trabalhar de verdade.

A Secretária, Deputado Roosevelt Vilela, abriu uma crise na segurança pública. Os operadores de segurança pública estão pedindo exoneração. O Subsecretário pediu, o Comandante de Operações pediu, outros pedirão exoneração dos seus cargos porque não admitem a forma como a Secretária trata os operadores de segurança. E digo mais: os outros deveriam seguir a mesma linha porque não se tratam aqueles que têm como função defender a sociedade e arriscar suas vidas da forma como a Secretária tem tratado.

Então, é muito fácil dizer: “A Segurança Pública fez um trabalho espetacular”. Fez nada! Trabalho espetacular, Sr. Presidente, teríamos se, no primeiro dia, a operação tivesse dado certo. E teria, se a secretária não atrapalhasse.

Para concluir, Sr. Presidente, eu queria pedir ao Sr. Governador que entregasse isso na mão de quem conhece segurança pública. Já que ele não faz, que pelo menos deixe agir quem realmente sabe fazer. Já que essa secretária não conhece disso e não pode fazer, que pelo menos ela não atrapalhe.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, permita-me, antes da conclusão, fazer só uma breve consideração sobre aquele episódio da invasão que eufemisticamente se chama de ocupação, uma coisa já antiga aqui no Brasil.

Primeiro, aquilo causou um transtorno danado à cidade. Quer dizer, nós tivemos o coração de Brasília parado por no mínimo três dias – três dias úteis. Segundo, era evidente que aquilo, até mesmo pelo líder que lá se encontrava, não era caso social nenhum, aquilo ali era caso de polícia. Se era caso de polícia, era a polícia que deveria ter realmente adotado a providência necessária, dentro da sua autonomia. Infelizmente, isso não aconteceu, e Brasília ficou prejudicada. Agora, V.Exa. nos traz um dado sobre os prejuízos econômicos também, que fica difícil até nós mensurarmos.

Eu queria aproveitar esse gancho de V.Exa. para tratar de algo periférico. Eu tenho visto desde anteontem uma campanha de alguns veículos de comunicação que procura atingir uma pessoa que é o negociador do governo, Acilino Ribeiro, que é meu irmão inclusive. É uma pessoa que tenta negociar para evitar que tenhamos maiores problemas, mas que tem recebido sistematicamente críticas de alguns



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

veículos de comunicação, alegando inclusive que um manual que ele fez, de guerrilha, foi encontrado lá no local. Primeiro, o manual é perfeito. Segundo, é até bom que se divulgue. Terceiro, ele é um pacifista, ele é uma pessoa que tem a paciência que eu não teria. Mesmo assim, percebemos que algumas pessoas dentro do governo tentam desconstruí-lo.

Quero dizer aqui no plenário que eu tenho muito orgulho de ser irmão dele. Nós não temos maiores afinidades de caráter ideológico, mas eu tenho pela sua história, pela sua trajetória de vida um respeito extraordinário. Então, ao contrário do que está se tentando fazer – e isso está vindo do próprio governo, de alguns setores do governo –, que é desconstruí-lo, o governo talvez agisse melhor se o utilizasse para solucionar alguns conflitos, porque realmente, ao contrário de mim, ele tem uma paciência extraordinária. Se fosse num bar, eu diria de outra forma, mas como estamos aqui no plenário, eu digo que ele tem uma paciência extraordinária.

Então, quero deixar registrado que, mais uma vez, o governo ataca quem ele não deveria atacar. Deveriam valorizar a história e a trajetória de vida de algumas pessoas que estão prestando um serviço ao governo. Obrigado, Deputado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – É verdade, Deputado, nós também conhecemos a história do Acilino. Sem dúvida nenhuma, é um negociador extremamente hábil. Eu posso dizer isso com muita tranquilidade porque nem sabia que era irmão de V.Exa. Eu já dizia que ele deveria ser mais bem utilizado pelo governo, mas, como o governo não sabe usar quem pode realmente ajudá-lo, não é de se estranhar isso também.

Para finalizar, quando eu falo do gasto, cabe inclusive uma representação por improbidade administrativa, Sr. Presidente, já que o governo deixou de fazer o seu trabalho, que era agir no primeiro dia. Gastou 5 milhões, quando poderia ter diminuído esse gasto no mínimo em 80% ou 90%.

Agradeço a paciência de V.Exa. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – A bem da verdade, a minha paciência com V.Exa. já estava se esgotando, mas a retomo.

Vou ter que sair – até já comuniquei aos colegas do Colégio de Líderes – para ir à OAB por um motivo mais do que justo, já que a minha filha vai receber a carteirinha da Ordem agora às 17h. Eu preciso de ir lá, mas vou retornar ao plenário com toda certeza.

Antes quero ler uma mensagem que acabei de receber. Diz assim:

“Essa última do digníssimo Secretário de Saúde, de fechar a maternidade de Samambaia e deslocar para outros lugares, tirando servidor – que já tem pouco –, tirando as ambulâncias que deveriam estar levando os pacientes graves para virarem táxis de mulheres grávidas para os hospitais. Até quando essas loucuras desse



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

governo? Vamos aceitar gente com tanta incompetência? Isso tem limites, e esse Secretário de Saúde já ultrapassou todos os limites. Quanto absurdo tentar enganar a população dando a falsa ideia de realocar pessoas como se tivesse gente sobrando, o que não é verdade”, diz essa servidora.

Mas não é de se admirar, Deputado Raimundo Ribeiro. Eu até iria fazer um pronunciamento sobre as últimas do nosso Governador do Distrito Federal. Só para fazer menção, a *TV Globo* e o *G1* noticiaram, nos dias 30 de maio e 3 de junho, que cerca de duzentas construções de casas e muros e oito templos religiosos foram demolidos em uma operação de desocupação no Sol Nascente, em Ceilândia. O *Correio Braziliense* também noticiou de 2 a 7 de junho que ação policial conseguiu desocupar o antigo Torre Palace Hotel, o que deveria ter acontecido de imediato, sem esperar tantos dias. O mesmo jornal, na edição de 4 de junho, fala sobre a exoneração do Coronel José Cláudio de Siqueira Carvalho, Secretário Adjunto de Segurança, após problemas de relacionamento com a Secretária Márcia de Alencar – há poucas semanas ele foi desautorizado pela secretária da pasta. No dia 5 de junho o *Correio Braziliense* também noticiou que uma idosa de 74 anos morreu após procurar atendimento em dois hospitais, o Hospital de Taguatinga e o Hospital de Ceilândia, sem sucesso – na tentativa de ir ao Hospital Santa Maria, a idosa foi atendida no meio da rua, mas, infelizmente, já era tarde demais. O *Correio Braziliense* do dia 7 de junho, Deputado Wellington Luiz, diz que o Diretor-Geral da Polícia Civil, Eric Seba – de uma competência ímpar, alguém que tem todo o respeito de toda a população do Distrito Federal, menos da Secretária de Segurança – também foi desautorizado pela Secretária Márcia de Alencar ao agendar entrevista coletiva para divulgar informações da ação policial do Hotel Torre Palace.

Ainda bem que o Dr. Eric Seba é um diplomata. Não só o Dr. Eric, mas o coronel que pediu exoneração. Quantos outros teriam que pedir exoneração da Segurança Pública do Distrito Federal porque não conseguem ter um bom relacionamento com a Sra. Secretária de Segurança do Distrito Federal?

Este é apenas um breve relato. Passo a Presidência ao nobilíssimo amigo Deputado Raimundo Ribeiro.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Wellington Luiz, creio que no meu discurso, de alguma maneira, vou responder parcialmente à pergunta de V.Exa. O Deputado Wellington Luiz perguntou se sou governista ou oposicionista. Eu diria, desde já, que sou um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

pedetista amante desta cidade e que não gosta de ver a população sendo desrespeitada. E nesta semana a população taguatinguense, ceilandense, de Samambaia e de regiões circunvizinhas acabou de alguma maneira sendo desrespeitada, Deputado Wellington Luiz, porque a mudança no trânsito de Taguatinga, nas Avenidas Comercial e Samdu, estava programada para o dia 5, domingo, dia de menor fluxo. Geraria menos transtornos para o trânsito da cidade. Mas os órgãos competentes, creio que o Detran e outros órgãos do governo, resolveram, aquilo que estava marcado para o domingo, fazer na sexta-feira, na madrugada de quinta para sexta-feira, pegando a população taguatinguense desavisada e gerando um transtorno enorme.

Quero deixar claro que eu sou favorável às alterações no trânsito das Avenidas Comercial e Samdu. Mas a população foi avisada que aquilo seria feito no dia 5. E na verdade, fizeram no dia 3. E ninguém gosta de ser desrespeitado.

E aí, Deputado Wellington Luiz, eu vou dizer uma coisa para V.Exa., para concluir o meu discurso. O Governador Rodrigo Rollemberg não precisa de competentes opositores como V.Exa. que faz um trabalho excelente aqui na oposição, porque o Governador Rodrigo Rollemberg está dormindo com os inimigos. Essa é a verdade. Não é verdade um opositor como V.Exa... Porque tem gente no governo jogando contra o governo. Fica a queixa.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Ok, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (Sem Partido. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero pedir a inclusão extrapauta do Projeto de Lei nº 158, de 2016.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o meu pedido é para que V.Exa. peça ao operador de som que aumente um pouquinho o volume do microfone da tribuna porque está muito baixo.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Acato a solicitação de V.Exa. e peço ao operador de som que aumente o volume para que possamos ouvir bem o Deputado Roosevelt Vilela.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assessores, demais presentes no plenário, boa tarde. Minha fala na tarde de hoje trata da operação realizada pela Polícia Militar na desocupação do Hotel Torre Palace. Hotel que vem sendo objeto de uma disputa judicial que acarretou no abandono daquela edificação, e conseqüentemente a ocupação por mendigos, dependentes de entorpecentes, etc.

A Polícia Militar começou a atuar nessa operação de forma muito equilibrada, com muita sabedoria, respeitando os protocolos estabelecidos internacionalmente. Vimos na mídia alguns líderes, algumas lideranças do cenário político do Distrito Federal realizar algumas observações, até entrando em questões técnicas, e isso nos deixa muito tristes, Deputado Chico Vigilante, porque operação policial é algo muito técnico, tem de ser tratado de forma muito séria, ainda mais quando envolve vidas. Independentemente da condição daquelas pessoas. A Polícia Militar trata isso com muita seriedade. Nós temos uma das melhores Policias Militares do mundo. No Brasil, a nossa Polícia Militar é a melhor. Com a menor letalidade. Comprovada na operação de desocupação do Torre Palace.

Vimos aqui algumas falas criticando a operação, a forma como as lideranças, como o governo tratou isso tudo. Nós poderíamos estar aqui hoje enfrentando uma grande tragédia, caso a Policia Militar houvesse agido de forma exacerbada. Mas não, tivemos uma Policia Militar que agiu de forma técnica, respeitando, como eu falei, os protocolos estabelecidos internacionalmente. Protocolos esses que preveem que, em situações como essa, a Polícia Militar deve isolar o ambiente, negociar à exaustão. E aí, sim, tendo um ambiente seguro, faz-se o adentramento, a desocupação e a apreensão dos miliantes naquele local. E a Polícia Militar agiu de forma cirúrgica nesse sentido.

Grande parte não ficou sabendo, a mídia divulgou hoje, ou no final da tarde de ontem, que o helicóptero que atuou na operação foi sujeito a uma agressão. Ele sofreu algumas pedradas, tijolos foram arremessados sobre a aeronave. Eu, enquanto bombeiro, trabalhei por vários anos com operações aéreas. Se uma pedra daquela atingisse o rotor de cauda, nós teríamos um desastre. Ninguém observa isso. Então, nós temos heróis, sim. A Polícia Militar merece o nosso respeito, merece a nossa consideração e merece o respeito também por parte dos governantes, isso sim.

Uma operação como essa deixa clara a necessidade, por parte dos governos, de um respeito e de uma consideração diferenciada às polícias, ao Corpo de Bombeiros, à Polícia Civil também, no que diz respeito a salários, à carreira, à questão habitacional, à saúde. A gente está vendo hoje que a saúde da Polícia Militar está um caos. A gente tem que dar uma definição com relação a essas situações.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Então, eu registro os meus parabéns a todos os policiais militares que estiveram envolvidos diretamente naquela operação. Parabenizo também toda a Polícia Militar. Aqueles policiais militares que estavam ali e que puderam atuar daquela forma devido a uma capacitação que foi fornecida a eles até por outros colegas. Registro essa minha consideração. Registro também os meus parabéns as demais instituições que atuaram ali como o Corpo de Bombeiros, o Detran e a Secretaria de Saúde.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Permite-me V.Exa. um aparte?

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Deputado Prof. Israel, permita-me, infelizmente, nos Comunicados de Parlamentares, não se pode fazer aparte. Acabei de ser alertado pela assessoria da Mesa, mas V.Exa. poderá ser inscrito.

Deputado Roosevelt Vilela.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Presidente, enfim, finalizo minha palavra reafirmando o meu comprometimento com toda a categoria policial militar, bombeiro militar, todas as forças de segurança. Quero reforçar que, independentemente da minha bandeira partidária ou ideológica, cobrarei do governo o respeito devido à Polícia Militar, ao Corpo de Bombeiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Agradeço a fala do Deputado Roosevelt Vilela.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, eu só quero parabenizar a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros pela ação no Hotel Torre Palace. Também parabenizo o Governador Rodrigo Rollemberg por ter sido a pessoa que soube conduzir tudo isso junto à Secretaria de Segurança Pública. “Dai a César o que é de César”.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Feito o registro do Deputado Lira.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Eu quero dizer, em um minuto, Srs. Deputados, que há cerca de dois meses, eu tomei conhecimento de que, na linha de ônibus que liga Planaltina de Goiás a Sobradinho, infelizmente, o motorista ou trocador, apesar de fixado o valor de R\$4,00 (quatro reais), cobra R\$6,00 (seis reais) e a população paga.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Eu tomei conhecimento desse fato e imediatamente eu o comuniquei, primeiro verbalmente, ao Secretário de Mobilidade, Marcos Dantas, e não satisfeito eu oficiei à Secretaria de Mobilidade solicitando que fosse feita uma fiscalização. Uma coisa rápida, pegar o telefone, ou de repente nem precisa pegar o telefone, mandar um whatsapp dizendo para o fiscal “vai em tal lugar olhar isso, se está acontecendo esse crime”. Nenhuma providência foi tomada.

Passado um mês, eu recebo um ofício do Secretário me informando que a competência para a fiscalização é da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres. Evidente que nós sabemos que existe uma competência concorrente que ANTT pode e deve fazer a fiscalização, mas o simples fato de que transita pelas vias rodoviárias do Distrito Federal já traz o comando também dos órgãos de controle, dos órgãos de fiscalização. E aí o Subsecretário, José Flávio, manteve um contato com o Secretário de Mobilidade, há duas semanas, e ele me telefonou dizendo que ia tomar uma providência. E lamentavelmente, quero dizer neste plenário, que nenhuma providência foi tomada. O que mostra que a população do Distrito Federal está desamparada, está sem defesa, Deputado Wellington Luiz. E o pior, existem órgãos que devem funcionar e um dos seus papéis é a da fiscalização. E aí eu pergunto aos senhores: o que é que se está fazendo na Secretaria de Mobilidade Social que nem o básico se faz?

É esse o registro. Eu espero que o Governador tome conhecimento dessa cobrança, porque é obrigação dele defender a população do Distrito Federal e ele tem os mecanismos, que são as secretarias. E eu estou aqui denunciando que essas secretarias não funcionam na sua atividade principal.

Então, deixo isso registrado e espero não precisar voltar ao assunto nos próximos dias, desde que evidentemente o governo cumpra o seu papel.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Esta Presidência somente vai esclarecer para o Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, que não existe questão de ordem nos Comunicados de Parlamentares. Por isso V.Exa. tem que aguardar a sua vez.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Não mudou. Foi o Marcelinho ditador que acabou de me colocar isso aqui.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero tratar no dia de hoje de dois assuntos, no meu ponto de vista, da mais alta relevância. Quero falar em primeiro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

lugar de uma população que existe no Distrito Federal, uma população que não pediu para ser portadora de doenças renais crônicas e que estão na iminência da falta do atendimento e até correndo risco de vida.

Eu tive a oportunidade de conversar com o grupo desses portadores de doenças renais crônicas, no domingo, às 18h, na Igreja Mãe da Divina Providência, no P Sul, e eles me relataram a situação, gravaram um vídeo falando da situação que é realmente dramática.

Hoje eu tive oportunidade de conversar pela manhã com o Governador Rodrigo Rollemberg, por telefone, e pedi a ele providências imediatas para resolvermos a situação daqueles homens e mulheres que querem ter esperança e viver com o mínimo de dignidade. Ele me garantiu que iria mandar o Secretário de Saúde dar o encaminhamento. O Secretário de Saúde, Dr. Humberto Fonseca, me ligou, e nós estamos com uma reunião marcada amanhã com o grupo de renais às 11h na secretaria. E faço um apelo para que ele resolva efetivamente a situação daqueles homens e mulheres que necessitam efetivamente do tratamento da hemodiálise para continuar tendo o direito de viver, continuar tendo esperança, continuar tendo o mínimo de tranquilidade para continuarem habitando aqui nesse planeta Terra.

Portanto, nessa situação, eu irei até as últimas consequências para resolver esse problema desses renais e acredito que o Governador compreendeu efetivamente a situação e não tenho dúvida de que ele irá resolver.

Como segundo ponto, quero falar de uma audiência pública que nós tivemos ontem, no Senado Federal, promovida pelo Senador Paulo Paim, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. Nós trouxemos representantes dos sindicatos de vigilantes das mais variadas regiões do Brasil, do Rio Grande do Sul ao Amazonas, um debate muito bom, transmitido ao vivo pela *TV Senado*. Nós ficamos cerca de cinco horas fazendo o debate a respeito do nosso objetivo, que é o piso nacional da segurança privada: nós estamos pedindo o piso de R 3.000,00 (três mil reais) como salário mínimo dos vigilantes no Brasil. O Senador Paulo Paim se comprometeu com todos nós a apresentar o projeto e apresentou, inclusive já começou a sua tramitação no dia de ontem. É o Projeto de Lei nº 230, de 2016, do Senado Federal, instituindo o piso nacional de R\$3.000,00 (três mil reais) para os vigilantes do Brasil. Alguém veio aqui dizer que o vigilante está pedindo muito. Alguém pode até falar que é muito alto o piso, mas não é. Segurança é coisa séria, segurança é coisa cara, na segurança os trabalhadores têm que ser bem remunerados para desenvolver efetivamente a sua atividade.

Portanto, estou com muita expectativa com relação à tramitação desse projeto. O Senador Paulo Paim é um senador com a mais alta credibilidade dentro do Senado Federal, é um senador que tem lato, tem respeitabilidade dentro do Senado Federal, e tenho certeza de que, com a mobilização dos vigilantes do Brasil inteiro,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

nós vamos vencer essa batalha e vamos conseguir o nosso piso nacional de R\$3.000,00 (três mil reais) como salário mínimo dos vigilantes brasileiros.

Então, está deflagrada a luta, demos o primeiro passo e agora cabe a cada vigilante se unir, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, do Amapá ao Rio Grande do Sul para que nós tenhamos esse sonho realizado, que é o de ter o piso mínimo digno para os trabalhadores da segurança privada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Agradeço ao Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Deputado Ricardo Vale, peço perdão porque havia o Deputado Julio Cesar pedido uma questão de ordem, e quero me penitenciar, pois estava pensando que era aparte. Então, me perdoe, o equívoco foi meu, Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Não, quero agradecer a V.Exa., nosso Presidente, que está concedendo aí a nossa parte, eu tinha até que ter saído do local para vir aqui à Mesa, mas graças a Deus V.Exa. usou do bom senso. Na verdade, houve realmente essa confusão de aparte com questão de ordem.

Sr. Presidente, peço que seja incluído o item extrapauta nº 1, sobre o Projeto de Lei nº 1.110, para votação no dia de hoje, e o Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2016. Ao mesmo tempo, elogio a ação da Polícia Militar ocorrida no último final de semana. Realmente quero parabenizar a polícia, na pessoa do nosso comandante Nunes, pelo excelente trabalho que vem realizando à frente da Polícia Militar.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Perfeito, Deputado Julio Cesar. Acato a solicitação e informo a V.Exa. que já estão incluídos como itens extrapauta.

Consta no item nº 1 o projeto que abre crédito à lei orçamentária; no item nº 2 consta o PDL que concede título de Cidadão Honorário a Odilon Aires Cavalcante; no item nº 3, PDL que concede título de Cidadão Honorário ao Sr. Cloves Ferreira Nunes; no item nº 4, PDL que concede título de Cidadão Honorário a Cairo Santos; e no item nº 5 consta o projeto de resolução da Mesa Diretora que institui o Troféu Câmara Legislativa. Então, está contemplada a postulação de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu também acompanhei atentamente a ação da Polícia Militar, as negociações do governo com o movimento social que estava lá no hotel. Penso de modo diferente dos nobres Deputados que me antecederam. Não sou policial, não sou da área de segurança, e só tinha visto aquele tipo de ação em filme, filme de Hollywood. O helicóptero chegando, aquelas coisas. Eu não consigo avaliar se a polícia agiu certo ou errado, mas pelos elogios dos Deputados que conhecem, que são da área, acho que ela agiu corretamente. Porém, lamento profundamente que tenha chegado àquele ponto.

Eu acompanho essa situação. Há mais ou menos um ano, esses trabalhadores, essas pessoas que estavam lá, famílias pobres, vêm lutando por uma área para morar, para viver. Alguns, inclusive, criminalizaram as pessoas que estavam ali. Realmente, algumas pessoas que não são corretas poderiam estar infiltradas no movimento, mas nem todo mundo que estava ali é marginal. Lamento muito, porque acompanhei pela mídia e ouvi alguns comentários criminalizando aquelas pessoas.

Se a polícia agiu corretamente, o governo não agiu. É preciso negociar, é preciso impedir ações como essa, que são caras para o Estado. É preciso impedir! Foi quase um ano para evitar isso. Quase um ano! Então, não concordo que tenha sido uma ação... Eu não parabenizo o governo, não parabenizo a PM. Nós temos que evitar que situações como aquela aconteçam. Ali poderia ter acontecido uma tragédia muito grande, e hoje estaríamos com discursos aqui completamente diferentes. Nunca vi, no Distrito Federal, a coisa radicalizar para um ponto como esse.

Acho que está faltando para o governo uma melhor articulação com os movimentos sociais, e temos que ter muito cuidado com isso, porque já estou vendo a Agefis, de forma muito truculenta, derrubando casas. Estou vendo o Ibram, e a gente fica elogiando uma ação como essa? Daqui a pouco isso vai virar... Eu tenho medo de isso virar uma coisa rotineira, comum, e a gente ficar aplaudindo ações violentas como aquela que aconteceu naquele hotel. Então, lamento profundamente.

Também quero lamentar o que aconteceu no Estádio Mané Garrincha. Eu estava lá com a minha família, com meus filhos, minha família toda é palmeirense. Graças a Deus, saímos vitoriosos. Inclusive, o Flamengo já se tornou freguês do Palmeiras. Mas lamento o que ocorreu. Realmente foi uma festa, as famílias inteiras, todo mundo junto, flamenguistas com palmeirenses – famílias, crianças, casais –, e deu aquela confusão.

Eu fico ouvindo setores da imprensa, fico vendo gente da CBF dizendo que vai interditar o estádio. Não tem que interditar estádio coisa nenhuma! Tem é que melhorar a segurança, para evitar que 25, 26 arruaceiros, jovens que foram lá, prejudiquem a curtição de mais de cinquenta e poucas mil pessoas. A gente precisa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

avaliar as coisas com mais tranquilidade e com mais cuidado. Lamento o episódio. A maioria das pessoas que brigaram nem de Brasília são. São das torcidas organizadas lá de São Paulo, da Mancha Verde; e lá do Rio de Janeiro. A gente precisa, a Câmara junto ao governo, impedir que o nosso estádio seja fechado, até porque há um monte de eventos programados, jogos, enfim, e isso é muito bom para a nossa cidade.

Para concluir, eu não poderia deixar de me solidarizar com o Acilino. Liguei para ele ontem, mandei uma mensagem, ele é uma pessoa que já está envolvido nos movimentos sociais, é um militante antigo. Se o governo tivesse deixado ele trabalhar melhor nesse episódio, eu conversei muito com ele durante esse processo, a coisa não teria acontecido como aconteceu. Fica aqui minha solidariedade a ele que, sei, é um cara sério, um cara pacifista. Conheço o livro dele, que não tem nada de tática de guerrilha, de fazer fogueira, de impedir que helicóptero chegue, como eu ouvi na televisão. É um absurdo o modo como a imprensa trata determinados assuntos aqui nesta cidade, como é descuidada e, muitas vezes, desrespeitosa, colocando pessoas de bem, como o Acilino, em situações muito difíceis. É preciso ter cuidado com as pessoas.

Então, transmitam a ele minha solidariedade. Ele agiu muito bem durante todo esse processo. Aconselho a quem não leu o livro a lê-lo, porque o livro não tem nada de tática de violência, de impedir ações. Pelo contrário, o livro ensina as pessoas a serem humanas, a respeitar, a saber recuar, a saber dialogar. Eu não poderia deixar de falar sobre isso também.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dentro do que o Deputado Ricardo Vale falou sobre essa questão do estádio, eu acho que é importante ressaltar que começamos a ouvir durante esses dias denúncias com relação à venda de ingressos que foram destinados à Federação de Futebol de Brasília. Houve algumas denúncias com relação à venda desses ingressos destinados à federação.

O Deputado Delmasso fez um requerimento na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, pedindo à federação explicações a respeito disso, das pessoas que estariam supostamente envolvidas nisso. Eu também estou entrando com um requerimento na Comissão de Defesa do Consumidor à federação, para trazer a esta Casa a explicação devida do que realmente aconteceu. Foi dito pelos meios de comunicação, foi passado pelo WhatsApp e em diversos meios de comunicação, mas nós precisamos saber de fato e de verdade o que está acontecendo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Muitos jogos virão para Brasília, Deputado Ricardo Vale. Para ter direito a utilizar o estádio de futebol, há obrigação de colocar vigilantes, pessoas que façam a segurança. A gente percebeu que, nesse jogo, o número de pessoas contratadas foi muito pequeno. A federação precisa trazer a esta Casa uma explicação para sabermos qual o número de pessoas contratadas. A gente vê nas imagens que não havia seguranças. Não é só cobrar do Estado. A polícia estava lá, mas onde estavam os seguranças contratados, que deveriam estar lá?

Eu quero dizer que tanto na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, com o Deputado Delmasso, como também na Comissão de Defesa do Consumidor, iremos pedir explicações sem fazermos juízo de valor a ninguém. Como isso foi dito nos meios de comunicação, esta Casa também precisa de uma explicação, até mesmo porque veio Flamengo e Palmeiras. Daqui a uns dias virá Fluminense e Corinthians. Virão belíssimos jogos para esta cidade.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Agradeço ao Deputado Julio Cesar.

Deputado Ricardo Vale, eu quero agradecer a V.Exa. a manifestação, mas isso não me impedirá de telefonar para o Conselheiro Paulo Tadeu e pedir a ele que olhe com olhos de lupa as suas contas, porque essa história de Palmeiras e Corinthians não dá certo dentro de Casa.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma questão de ordem. Eu queria, dentro do que abordou o nobre Deputado Ricardo Vale, manifestar minha solidariedade ao Secretário Acilino, que tem uma história dedicada à defesa da paz, um olho clínico para o movimento social. Situações como essas não são situações para deixar ninguém feliz. Elas estão aí para serem resolvidas e são resultado da grande desigualdade social que nós vivenciamos no País. E nós, agentes públicos, precisamos tratar com responsabilidade, com muito equilíbrio. Esse é o momento, no País, em que as grandes tarefas precisam ser executadas com muito equilíbrio, sem passionalidades.

Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir, eu queria usar a tribuna apenas para prestar um esclarecimento sobre um debate ocorrido hoje na CCJ.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Claro, Deputado Chico Leite. Enquanto V.Exa. se dirige à tribuna, eu registro que a Assessoria da Deputada Liliane Roriz nos informou que S.Exa. não está ausente, mas de licença médica.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Para breve comunicação.) – Sr. Presidente, muito obrigado. Eu quero saudar os colegas assessores, a imprensa. V.Exa. participou hoje do debate extremamente frutífero sobre a vedação da adoção de organizações sociais no sistema de saúde do Distrito Federal. É uma Proposta de Emenda à Lei Orgânica da lavra do nobre Deputado Ricardo Vale. É de reconhecido louvor. Todos aqui – pelos menos aqueles com quem tenho conversado – têm a compreensão de que a saúde, como elemento essencial de vida, não pode ser cometida a terceirizações. Essa é uma área que o Estado precisa assumir com eficiência, controle, equilíbrio, prestando o serviço efetivamente. Mas eu pedi para me pronunciar neste plenário para compartilhar o debate com os colegas, debate que foi feito hoje.

A Presidente Deputada Sandra Faraj me designou relator. V.Exa. sabe que eu não fujo às relatorias. Em alguns momentos, são casos esperados, polêmicos. Mas sou daqueles que enfrento a tarefa porque recebi um mandato da população do Distrito Federal e preciso, com responsabilidade, enfrentar as tarefas que se colocam no caminho.

Eu sou partidário, no mérito, da tese do Deputado Ricardo Vale. Aqui no Distrito Federal, primeiro, o Governador Roriz tentou, depois o Governador Arruda tentou – chegou a propor, mas nós criamos o fórum em defesa do serviço público e não deixamos. Fizemos um compromisso público com quinze subscrições. Nessa época, tivemos o apoio do ex-Deputado Paulo Tadeu, hoje conselheiro. Ele esteve conosco. Depois o Governador Agnelo queria fazer por meio do ex-Secretário Rafael, mas não fez, não chegou a propor. Agora o que se ouve é que o Governo do Distrito Federal, o Governo Rollemberg também tenta fazer.

A compreensão desses líderes, ao que me parece, é que vai se solucionar o problema do Distrito Federal no setor da saúde cometendo a terceiros, contratando organizações sociais para fazê-lo. Nesse particular, parece que há algo em comum entre todos esses governos, Presidente Deputado Raimundo Ribeiro.

Eu me manifestei contrariamente na primeira e, depois, na segunda vez. Na terceira vez, o ex-governador sequer propôs, e eu me manifestei em diversos fóruns, inclusive partidários. Agora, o que se ouve é que o Governador Rollemberg deseja fazê-lo. Eu, então, partidário da matéria no mérito, pedi à consultoria legislativa, à Unidade de Constituição e Justiça, que estudasse o tema e produzisse um parecer se manifestando sobre a matéria.

V.Exa. sabe, Deputado Raimundo Ribeiro, que eu tenho uma cautela muito grande com relação ao controle da constitucionalidade, porque nós aqui desta Casa já fomos, lamentavelmente, os campeões brasileiros em inconstitucionalidade. Nós já passamos a vergonha de ter inúmeros projetos oferecidos à exposição – às vezes, até positivos do ponto de vista do mérito. Outras vezes, nos colocávamos numa situação de confronto com a sociedade. O que fazíamos aqui se trabalhávamos sobre



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

matérias a respeito das quais não poderíamos legislar? Então, eu tenho tido essa cautela.

Eu sei que não é um trabalho simpático. Ele exige desprendimento porque, aqui e ali, nós angariamos até antipatia dos colegas ou dos hipotéticos beneficiários, porque estes entendem que nós somos contrários à causa do ponto de vista meritório, quando não é verdade.

Então, o que eu propus? A Unidade de Constituição e Justiça fez um bem lavrado parecer. Eu o apresentei à comissão e, hoje de manhã, nós debatemos o tema. Preciso, aqui, compartilhar com os colegas aquele debate.

No mérito, é inquestionável que não é possível que, mais uma vez, transfiramos à iniciativa privada um elemento essencial de vida, como é a saúde. Nós precisamos olhar isso com muito cuidado, inclusive porque, na minha avaliação, um dos problemas graves na saúde é a mistura entre o público e o privado. É chamar para ser gestor do sistema público de saúde gente que tem negócio privado na saúde. É um escândalo! Eu não consigo compreender como é que pode ser secretário ou secretária de saúde alguém que tem negócios na área, alguém que é empresário na área de saúde. É evidente que vai, no mínimo, ficar sob a suspeita grave de estar desviando recursos.

Eu quero chamar a atenção aqui, porque nós não podemos nos confundir. Esse não é, peço vênua ao Deputado Ricardo Vale, o instrumento para vedarmos. O parecer da consultoria dizia que, em dezembro de 2015, o Supremo manifestou-se sobre a matéria. Colacionei o julgado – o Relator foi o Ministro Luiz Fux –, que dizia que a Constituição permite, através de convênios ou instrumentos do gênero, que se contrate com terceiros particulares o serviço de saúde. Cabe ao dirigente da política pública, portanto ao Poder Executivo, não fazê-lo. Decidir que o serviço de saúde tem que ser encarado, gerido e administrado por quem faz uma opção pelo público e pelo coletivo, Presidente.

O Tribunal de Justiça tem acórdão no mesmo sentido, que também colacionei, de maneira que, como resultado daquele estudo, a minha manifestação precisou ser pela inadmissibilidade da proposta de emenda à Lei Orgânica em debate, embora reconheça os méritos. Ao final, sugeri aquilo que sugiro aqui aos colegas, que façamos como já operamos em 2008, Presidente.

Em 2007, nós fizemos isto. O Deputado Chico Vigilante, que era Presidente do PT, se lembra. Eu era Líder da Oposição aqui. Nós fizemos um movimento aqui no auditório e 15 Parlamentares subscreveram um compromisso público pela não admissão de organizações sociais na gestão da saúde do Distrito Federal. Eu deixei, V.Exa. se lembra, como proposta em ata que fizéssemos esse compromisso.

Quero agora fazer a mesma sugestão a V.Exa. e a todos os colegas. Não é possível vedar por projeto de lei ou por emenda à Lei Orgânica, mas é possível que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

todos nós assumamos um compromisso público de não admitir organizações sociais no setor da saúde do Distrito Federal.

Eu quero, então, propor, Presidente, Deputado Raimundo Ribeiro... Na ocasião, não era moção, era um compromisso público que 15 Parlamentares subscreveram. Eu quero deixá-lo como proposta.

Então, Deputado Ricardo Vale, reconhecendo o mérito da iniciativa de V.Exa., o seu compromisso público e a luta de V.Exa., que não é de hoje, aliás, antecede ao mandato parlamentar de V.Exa., eu me manifestei pela inadmissibilidade, mas propus que fizéssemos, sob a condução da presidência da comissão, um compromisso público contrário a essa tese e na mesma linha que o Deputado Ricardo Vale propôs em seu projeto.

Era o que eu tinha a esclarecer, Presidente, pelo respeito enorme e consideração que tenho aos colegas, aos assessores, aos servidores públicos e a toda sociedade do Distrito Federal. É claro – até repetindo, mas é importante reproduzir para não esquecer – que a saúde é elemento essencial e não pode ser objeto de lucro, seja por que instrumento se ofereça, Presidente. Essas são as minhas palavras. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Agradeço a manifestação do Deputado Chico Leite. Quero dizer que foi exatamente isso o que aconteceu. V.Exa., no mérito, tem uma posição apenas com uma visão um pouco mais legalista e entendeu pela inadmissibilidade. Eu, com uma visão um pouco mais pragmática, usei abrir a dissidência.

A Deputada Luzia de Paula, o Deputado Wasny de Roure e o Deputado Prof. Reginaldo Veras vão solicitar o uso da palavra. Apenas quero lembrar que, neste momento, nós temos *quorum* e temos uma pauta.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós fizemos o entendimento no Colégio de Líderes de que, alcançando o *quorum*, nós entraríamos na Ordem do Dia, tendo em vista que o projeto da suplementação orçamentária é principalmente de interesse dos Srs. Deputados. Nós temos que ter isto claro: se perdermos a oportunidade de votarmos o projeto hoje, vai ser mais uma semana de prejuízo para os Srs. Deputados. Esse projeto não é remanejamento do governo, são remanejamentos de emendas dos Srs. Deputados. Eu estou querendo chamar atenção dos colegas, desde a primeira vez, para que nós não percamos a oportunidade do *quorum* para votarmos esse projeto. Peço para que ele seja o primeiro item da Ordem do Dia, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Perfeito, Deputado Wasny de Roure. O Deputado Prof. Reginaldo Veras, ouvindo as ponderações de V.Exa., abriu mão. Então, só falta a solicitação da Deputada Luzia de Paula e aí nós passamos para as votações.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (REDE. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu vou ser muito rápida. Nesse momento, eu não poderia deixar de me manifestar para prestar minha solidariedade ao nosso Subsecretário Acilino. Não li o livro de Acilino, mas me veio o desejo de ler, porque sei que ele muito vai contribuir para minha missão de vida junto ao ser humano. Era apenas isso que eu queria dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Quero agradecer à Deputada Luzia de Paula por essa elegância que lhe é peculiar.

Comunicado da Presidência: eu gostaria de informar que, a partir de hoje, esta Casa dá mais um passo no cumprimento do Regimento Interno. Pela primeira vez na história da Câmara Legislativa, a Presidência, através de acordo com os Líderes, passa a incluir regimentalmente, na Ordem do Dia, todas as proposições com tramitação concluída para sua votação em plenário. Oriento os Deputados que, se desejarem retirar de pauta algum projeto para apreciação posterior, poderão solicitar o adiamento de votação conforme o disposto no art. 200 do Regimento Interno.

Dá-se início à

#### ORDEM DO DIA.

Consulto os Líderes para saber se há acordo para superarmos o sobrestamento dos itens de nº 1 a 146, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votarmos as demais proposições da Ordem do Dia e itens extrapauta. (Pausa.) Não havendo manifestação em contrário, procederemos à leitura do primeiro item extrapauta para votação.

Item extrapauta nº 1:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.110, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)”.

Tramitação concluída. Apresentadas 83 emendas de plenário. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre as emendas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (REDE. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu requeiro que seja destacada a Emenda nº 1, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Já foi pedido destaque, Deputada Luzia de Paula. Será apreciado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata-se de parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre emendas apresentadas em plenário ao Projeto de Lei nº 1.110, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)”.

Foram apresentadas 84 emendas de remanejamento das emendas dos próprios Deputados, previstas na Lei Orgânica e na Constituição Federal. Essas emendas apresentadas em plenário foram emendas que os Deputados resolveram fazer porque não tiveram tempo suficiente para fazer na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Então, observando todas as 84 emendas apresentadas pelos Deputados, sou de parecer favorável à admissibilidade e à aprovação das respectivas emendas. Peço à Secretaria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças que faça a organização de algumas substituições que estão sendo procedidas nesse momento.

(Assume a Presidência a Deputada Sandra Faraj.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.110, de 2016, em primeiro turno.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, estou protocolando aqui uma nova emenda, de nº 85. Peço a V.Exa. que a inclua.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu vou retificar o meu parecer, para que essa emenda não venha a ser apresentada em segundo turno.

Quero pedir permissão a V.Exa. para incorporar ao meu parecer a admissibilidade e aprovação das 85 emendas, incluindo a que o Deputado Rafael Prudente acaba de apresentar, evitando, assim, que S.Exa. faça a emenda de segundo turno.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Acato a solicitação de V.Exa. e ratifico a votação do parecer, com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.110, de 2016, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Apresentaram destaque às Emendas nºs 1, 18, 51, 61, 68, 71, 73, 81, 83, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 98, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 116, 121, 123, 124, 127, 130, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153 e 166.

Consulto os Líderes se há acordo para votação das emendas destacadas em bloco. (Pausa.)

Não havendo manifestação contrária, coloco em votação.

Como há acordo, vou dispensar a leitura das emendas.

Em discussão as emendas destacadas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as emendas permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As emendas foram rejeitadas com a presença de 14 Deputados.

Item extrapauta nº 2:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2016, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Odilon Aires Cavalcante”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CAS e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito à Relatora da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2016, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Odilon Aires Cavalcante”.

Somos pela admissibilidade do referido projeto, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados. Houve 1 abstenção do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Vou transferir a Presidência ao Deputado Wellington Luiz, para que eu possa emitir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A Presidência designa a Deputada Sandra Faraj para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Pare emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2016, atende a todos os requisitos da Resolução nº 250, de 2011, que estabelece critérios para a concessão do Título de Cidadão Honorário e do Título de Cidadão Benemérito de Brasília. Não havendo nenhum óbice à sua aprovação, em nome da Comissão de Constituição e Justiça, nosso voto é pela admissibilidade do referido projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 1 abstenção do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

(Assume a Presidência a Deputada Sandra Faraj.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

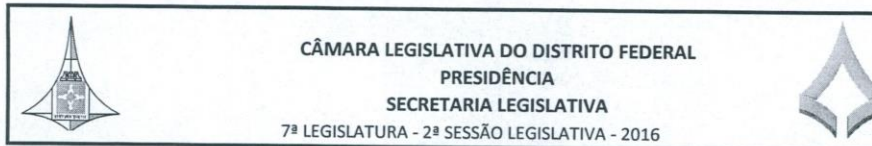
Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o parecer; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



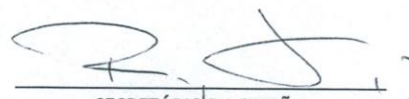
<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	30



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº	153/2016	DATA: 07/06/2016
AUTORIA: DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE		
TURNOS ÚNICOS	REDAÇÃO FINAL APROVADA ( X )	

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR				1		
3	CHICO LEITE	REDE			1			
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE				1		
6	CRISTIANO ARAÚJO	PSD				1		
7	DELMASSO	PTN	1					
8	JUAREZÃO	PSB	1					
9	JULIO CESAR	PRB	1					
10	LILIANE RORIZ	PTB				1		
11	LIRA	PHS	1					
12	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
13	PROF. ISRAEL	PV				1		
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT			1			
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
17	RICARDO VALE	PT	1					
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PPS				1		
RESULTADO			15	0	2	7	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO APROVADO	
15	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
2	ABSTENÇÕES
7	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
17	QUÓRUM VOTANTE

  
SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADO RICARDO VALE



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis e 2 abstenções. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2016, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Odilon Aires Cavalcante”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a votação em bloco dos próximos projetos de decreto legislativo, visto que temos mais três ou quatro.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Só temos mais dois, Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR – Solicito isso para adiantarmos o trabalho. Também solicito, Sr. Presidente, a votação em segundo turno do projeto relativo ao crédito do governo, visto que são mais de duzentas emendas, e temos de fazer a redação final. Alguns Deputados me procuraram dizendo que precisam sair e pedem essa gentileza.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a votação em bloco dos requerimentos e das moções constantes na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é importante acatar a solicitação do Deputado Julio Cesar porque tivemos 160 emendas na Comissão e mais cerca de oitenta emendas. Para fazer a redação final e todos os procedimentos das emendas de alteração do projeto apresentado, é muito importante votarmos logo em segundo turno o projeto e liberarmos a equipe da Comissão para começar a preparar a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Requerimento nº 1.717, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, Deputado Cristiano Araújo, Deputado Cláudio Abrantes, Deputado Rafael Prudente, Deputado Bispo Renato Andrade, Deputado Robério Negreiros, Deputada Liliane Roriz e Deputado Ricardo Vale, requer a realização de audiência pública para discutir a duplicação da DF-250, na região do Paranoá e Itapoã. Solicito a V.Exa. a inclusão do requerimento na ordem do dia. Trata-se de votação nominal visto ser uma audiência externa à Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Solicito à Secretaria Legislativa a inclusão do item como extrapauta na Ordem do Dia.

Diante do acatamento das solicitações, sugiro à Mesa que passemos ao Item nº 5 da pauta de votação enquanto se preparam os Itens nºs 3 e 4, que serão votados em bloco, mais o item levantado pelo Deputado Wasny de Roure. E, logo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

após, faremos a votação, em segundo turno, do decreto que trata da questão dos recursos. Ok?

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a inclusão das moções lidas agora na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item extrapauta nº 05:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 27, de 2016, de autoria da Mesa Diretora, que “altera o art. 2º e o art. 6º da Resolução nº 259, de 2012, que institui o Troféu Câmara Legislativa do Distrito Federal para filmes produzidos no Distrito Federal e dá outras providências”.

A Presidência designa a Deputada Sandra Faraj para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 27, de 2016, de autoria da Mesa Diretora, que “altera o art. 2º e o art. 6º da Resolução nº 259, de 2012, que institui o Troféu Câmara Legislativa do Distrito Federal para filmes produzidos no Distrito Federal e dá outras providências”.

Sr. Presidente, o Projeto de Resolução nº 27, de 2016, está de acordo com a constitucionalidade, admissibilidade e juridicidade. No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, somos pela aprovação do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Resolução nº 27, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Item Extrapauta nº 3:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro e Telma Rufino, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Cloves Ferreira Nunes”.

(Assume a Presidência a Deputada Sandra Faraj.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro e Telma Rufino, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Cloves Ferreira Nunes”.

Sra. Presidente, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela admissibilidade do referido PDL.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados. Houve 1 abstenção.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

A Presidência designa o Deputado Rafael Prudente para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 2016, de autoria dos Deputados Raimundo Ribeiro e Telma Rufino, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Cloves Ferreira Nunes”.

Sra. Presidente, visto que o projeto atende aos artigos da Resolução nº 250, de 2011, o parecer é favorável.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (Sem Partido. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu quero pedir a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Solicitação acatada.

Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados. Houve 1 abstenção.

Consulto os Líderes se há acordo para votar em bloco o Item Extrapauta nº 3, Projeto de Decreto Legislativo nº 158, e o Item Extrapauta nº 4, o Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2016. (Pausa.)

Não havendo manifestação contrária, passaremos à apreciação dos projetos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, foi feita uma questão de ordem pelo Deputado Julio Cesar e também pelo Deputado Agaciel Maia para que votássemos o crédito imediatamente após a votação do último título, que foi votado antes desse. Portanto, peço a V.Exa. que votemos o crédito e depois voltemos a esses títulos, pois eu quero ir embora.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Solicitação acatada, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, só esclarecendo: nós ficamos de aprovar o crédito, aprovar os PDLs e, logo após, aprovar, em segundo turno, o crédito, mas foi acatada também uma solicitação do Deputado Wasny de Roure sobre matéria que a gente precisa aprovar antes. É um requerimento, não é isso?

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – É que está na sequência, Deputado Chico Vigilante, só há mais dois.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Está na sequência, viu, Deputado? São dez minutos agora, ok?

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Apreciação em bloco do Item Extrapauta nº 3 e do Item Extrapauta nº 4.

Item Extrapauta nº 3:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro e Telma Rufino, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Cloves Ferreira Nunes”.

Item extrapauta nº 4:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Cairo Santos”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

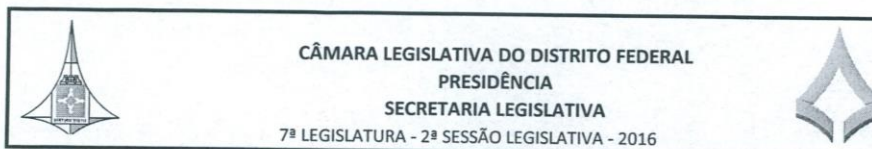
Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando os projetos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	37



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 158/2016 E 125/2016 DATA: 07/06/2016  
AUTORIA: DEPUTADOS RAIMUNDO RIBEIRO E TELMA RUFINO / DEPUTADO JULIO CESAR  
TURNO ÚNICO REDAÇÃO FINAL APROVADA ( X ) VOTAÇÃO EM BLOCO

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR				1		
3	CHICO LEITE	REDE			1			
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE				1		
6	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
7	DELMASSO	PTN	1					
8	JUAREZÃO	PSB	1					
9	JULIO CESAR	PRB	1					
10	LILIANE RORIZ	PTB				1		
11	LIRA	PHS	1					
12	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
13	PROF. ISRAEL	PV				1		
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT			1			
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
17	RICARDO VALE	PT	1					
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PPS				1		
RESULTADO			16	0	2	6	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO APROVADO	
16	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
2	ABSTENÇÕES
6	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
18	QUÓRUM VOTANTE

  
SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis, 2 abstenções. Houve 6 ausências.

Estão aprovados.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação das redações finais.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação das matérias.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 2016, de autoria dos Deputados Raimundo Ribeiro e Telma Rufino, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Cloves Ferreira Nunes”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Cairo Santos”.

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

Os projetos vão à promulgação.

Esta Presidência faz a retificação da última leitura do Expediente: na realidade, foram lidos uma moção do Deputado Bispo Renato Andrade e da Deputada Celina Leão; uma moção do Deputado Bispo Renato Andrade; uma moção de vários Deputados; e um requerimento do Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, há um requerimento meu cuja inclusão na Ordem do Dia o Presidente Deputado Raimundo Ribeiro havia acolhido, que diz respeito ao Requerimento nº 1.717, de 2016. Eu encaminhei a cópia do requerimento à Mesa. A audiência é nesta semana.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   06   2016	16h05m	50ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Deputado Wasny de Roure, vai ser votado em bloco. Nós vamos fazer a votação agora, em segundo turno, do crédito. Em seguida, nós vamos votar em bloco.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Tudo bem, é porque, desculpe, Deputada, na sua leitura eu não ouvi ser mencionado. Perdoe-me a minha precipitação.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Sem problemas.

Convoco as Sras. e os Srs. Deputados para sessão extraordinária, com início imediato, após esta sessão ordinária, para discussão e votação dos seguintes itens:

Item Extrapauta nº 1:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.110, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 10.000.000,00”.

Item Extrapauta nº 2:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 27, de 2016, de autoria da Mesa Diretora, que “altera o art. 2º e o art. 6º da Resolução nº 259, de 2012, que institui o Troféu Câmara Legislativa do Distrito Federal para filmes produzidos no Distrito Federal e dá outras providências”.

E demais requerimentos e moções da Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 18h11min.)